

RELATÓRIO DE GESTÃO

O presente relatório espelha a Execução do Orçamento do Município de Santa Comba Dão para 2013, elaborado nos termos do Decreto – Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro que aprova o Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), cumprindo o preceituado no n.º 13.

INTRODUÇÃO

As Eleições Autárquicas de 29 de Setembro de 2013 conduziram a mudança de executivo, tendo-se verificado a tomada de posse do novo executivo a 19 de Outubro de 2013, pelo que, conseqüentemente, se infere que os documentos de Prestação de contas do Ano 2013 espelham, maioritariamente, a atuação do anterior executivo.

A nível macroeconómico, durante o ano 2013 foram prosseguidas políticas de austeridade por parte do Governo Central que, ao diminuir o rendimento disponível das famílias, condicionou inequivocamente a necessidade de investimento por parte das empresas e a capacidade produtiva instalada atendendo à quebra da procura interna.

A austeridade do Governo Central atingiu de igual forma a esfera municipal, pela conseqüente diminuição da atividade económica, com a inevitável quebra de receitas fiscais apenas contrariada pela reavaliação dos imóveis em sede de IMI.

Dos documentos do Município relativos ao exercício de 2013, efetuando-se uma análise orçamental, verifica-se uma diminuição da receita de cerca de 22,5% influenciada sobretudo pela diminuição de arrecadação de receita de capital que se cifrou em menos cerca de 2,4 milhões de euros. Contrariamente a receita corrente teve um ligeiro aumento de 135 mil euros. No que respeita à despesa, houve uma diminuição de 14% que resulta da diminuição de cerca de 3,2 milhões de euros da despesa de capital, tendo-se contudo verificado um aumento de cerca de 1 milhão de euros de despesa corrente. Há ainda a salientar que transitam cerca de 6,1 milhões de euros de compromissos por pagar, existe um agravamento do défice de resultados correntes em cerca de 793mil euros, regista-se uma melhoria do défice de resultados de operações de capital em cerca de 836mil euros, verificando-se um défice orçamental geral de cerca de 6 milhões de euros.

Em termos de endividamento municipal, o Município ultrapassa largamente os limites ao endividamento de médio e longo prazo assim como ao endividamento líquido. Contudo, verificou-se uma diminuição no endividamento de médio e longo prazo superior a 10%, cumprindo o estatuído no n.º 3 do artigo 39.º da Lei 2/2007 de 15 de janeiro, o mesmo não ocorreu no endividamento líquido, contrariando o preceituado no nº2 do artigo 37º daquela mesma lei.

Numa perspetiva económica verificamos que o Município aferiu um aumento dos proveitos que se cifrou em cerca de 397mil euros e uma diminuição dos custos em cerca de 247mil euros, havendo contudo a salientar um aumento significativo dos custos operacionais em cerca de 450mil euros e uma diminuição dos custos financeiros e extraordinários de aproximadamente 668mil euros conduzindo a um resultado líquido negativo de 2.991.885,54€.



Da situação financeira importa destacar a diminuição da dívida a terceiros em cerca de 1,6%, registando-se contudo um aumento da dívida a terceiros de curto prazo de cerca de 581mil euros, representando um acréscimo de 10,6% face ao ano anterior.

Podemos concluir que o Município, embora numa situação económica e financeira extremamente gravosa, apresenta alguns indícios que mostram que algumas medidas implementadas, sobretudo ao nível da despesa, estão paulatinamente a possibilitar que essa situação seja revertida. Para essa melhoria contribuirá, de modo decisivo, a adoção de medidas de contenção drástica da despesa, a contratação efetiva do empréstimo do PAEL, presentemente em processo de visto no Tribunal de Contas, assim como a possibilidade de recurso ao Fundo de Apoio Municipal previsto na nova lei das Finanças Locais, cuja regulamentação se espera para breve.

1. ANÁLISE ORÇAMENTAL

1.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1.1. RECEITA

O grau de execução orçamental da receita reflete aumento das receitas próprias. Contudo, continua a existir a impossibilidade de atingir os valores previstos. A sobredotação de algumas rubricas, nomeadamente de 'Outras receitas correntes' e 'Venda de bens de investimento', conduz a que o grau de execução continue baixo. Na tabela seguinte, estão patentes os desvios nas diferentes rubricas, tendência revelada também em exercícios anteriores:

Rub.	Designação	2013				2012			
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.
01	Impostos diretos	2.112.847,00	1.576.033,89	-536.813,11	74,59%	1.407.747,00	1.308.668,07	-99.078,93	92,96%
02	Impostos indiretos	95.000,00	65.147,14	-29.852,86	68,58%	85.220,00	78.588,44	-6.631,56	92,22%
04	Taxas, multas e outras penalidades	381.100,00	177.749,18	-203.350,82	46,64%	345.053,00	215.918,71	-129.134,29	62,58%
05	Rendimentos da propriedade	1.431.852,00	427.486,70	-1.004.365,30	29,86%	513.100,00	483.735,56	-29.364,44	94,28%
06	Transferências correntes	4.460.849,00	3.832.238,55	-628.610,45	85,91%	5.516.312,92	3.810.517,30	-1.705.795,62	69,08%
07	Venda de bens e serviços correntes	1.317.388,00	329.525,33	-987.862,67	25,01%	453.958,00	386.069,31	-67.888,69	85,05%
08	Outras receitas correntes	386.805,00	35.436,79	-351.368,21	9,16%	178.543,00	24.417,97	-154.125,03	13,68%
09	Venda de bens de investimento	86.500,00	113.491,63	26.991,63	131,20%	2.582.827,08	133.668,75	-2.449.158,33	5,18%
10	Transferências de capital	1.003.711,00	1.092.503,71	88.792,71	108,85%	4.902.155,92	3.058.702,93	-1.843.452,99	62,40%
12	Passivos financeiros	3.702.978,00	0,00	-3.702.978,00	0,00%	460.000,00	460.000,00	0,00	100,00%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100,00	0,00	-100,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	-
16	Saldo da gerência anterior	70.464,85	70.464,85	0,00	100,00%	0,00	0,00	0,00	-
Total Receitas		15.049.594,85	7.720.077,77	-7.329.517,08	51,30%	16.444.916,92	9.960.287,04	-6.484.629,88	60,57%

O orçamento da receita foi inferior ao do ano 2012 em 1.465.786,92 euros.

O grau de execução orçamental das receitas no exercício de 2013 foi de 51,30%.

O Município continua com uma taxa de execução do orçamento da receita baixa. O baixo grau de execução orçamental resulta da orçamentação da receita continuar condicionada pelo valor de despesa realizada e não paga no exercício anterior, mas exige o Princípio do Equilíbrio Orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, que a dotação das

receitas seja suficiente para cobrir as despesas, o que obriga a projeção das receitas previstas em valores superiores aos esperados na realidade.

Podemos também concluir que o Município continua a enfrentar dificuldades em gerar nova receita própria para fazer face aos compromissos assumidos.

1.1.2. DESPESA

A análise orçamental da despesa incide sobre duas realidades, valores 'executados' e valores 'pagos', das quais são retiradas conclusões distintas.

O grau de execução da despesa diminuiu de 97,14% para 91,18% se considerarmos os valores 'executados', e de 60,16% para 50,20 % se considerarmos os valores 'pagos'.

Nas tabelas seguintes apresentamos primeiro os dados referentes ao exercício em análise e seguidamente os dados do exercício que o precedeu:

Rub.	Designação	2013						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
010101	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	19.500,00	10.397,17	-9.102,83	53,32%	10.397,17	-9.102,83	53,32%
010102	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	1.500,00	0,00	-1.500,00	0,00%	0,00	-1.500,00	0,00%
010201	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.748.295,00	2.701.994,52	-46.300,48	98,32%	2.614.667,02	-133.627,98	95,14%
010202	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	6.077.675,85	5.801.796,11	-275.879,74	95,46%	2.459.766,01	-3.617.909,84	40,47%
010204	Câmara Municipal - Transferências correntes	3.118.59,00	2.50.982,77	-60.876,23	80,48%	113.894,24	-197.964,76	36,52%
010205	Câmara Municipal - Subsídios	247.800,00	224.116,05	-23.683,95	90,44%	224.116,05	-23.683,95	90,44%
010206	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	62.160,00	59.407,51	-2.752,49	95,57%	58.366,31	-3.793,69	93,90%
010207	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	3.342.319,00	2.902.010,65	-440.308,35	86,83%	549.020,12	-2.793.298,88	16,43%
010208	Câmara Municipal - Transferências de capital	259.640,00	173.937,00	-85.703,00	66,99%	159.437,00	-100.203,00	61,41%
010209	Câmara Municipal - Activos financeiros	156.000,00	155.895,00	-105,00	99,93%	154.395,00	-1.605,00	98,97%
010303	Operações financeiras - Juros e outros encargos	787.616,00	456.367,70	-331.248,30	57,94%	348.074,67	-439.541,33	44,19%
010310	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.035.230,00	985.338,06	-49.891,94	95,16%	863.211,63	-172.018,37	83,38%
Total despesas		15.049.594,85	13.722.242,54	-1.327.352,31	91,18%	7.555.345,22	-7.494.249,63	50,20%

Rub.	Designação	2012						
		Orçamentado	Executado	Diferença	Grau Exec.	Pago	Diferença	Grau Exec.
010101	Assembleia Municipal - Despesas com pessoal	23.000,00	8.344,20	-14.655,80	36,28%	8.344,20	-14.655,80	36,28%
010102	Assembleia Municipal - Aq. de bens e serviços	1.500,00	0,00	-1.500,00	0,00%	0,00	-1.500,00	0,00%
010201	Câmara Municipal - Despesas com pessoal	2.375.495,00	2.374.667,66	-827,34	99,97%	2.328.115,58	-47.379,42	98,01%
010202	Câmara Municipal - Aq. de bens e serviços	4.886.109,92	5.047.903,49	161.793,57	103,31%	1.907.217,96	-2.978.891,96	39,03%
010204	Câmara Municipal - Transferências correntes	290.702,00	275.243,67	-15.458,33	94,68%	143.275,12	-147.426,88	49,29%
010205	Câmara Municipal - Subsídios	236.000,00	235.935,00	-65,00	99,97%	235.935,00	-65,00	99,97%
010206	Câmara Municipal - Outras despesas correntes	25.277,00	33.487,37	8.210,37	132,48%	22.790,71	-2.486,29	90,16%
010207	Câmara Municipal - Aq. de bens de capital	6.308.783,00	5.878.751,06	-430.031,94	93,18%	3.277.303,57	-3.031.479,43	51,95%
010208	Câmara Municipal - Transferências de capital	124.700,00	107.180,00	-17.520,00	85,95%	102.680,00	-22.020,00	82,34%
010209	Câmara Municipal - Activos financeiros	1.500,00	1.500,00	0,00	100,00%	0,00	-1.500,00	0,00%
010303	Operações financeiras - Juros e outros encargos	661.850,00	529.869,98	-131.980,02	80,06%	493.214,25	-168.635,75	74,52%
010310	Operações financeiras - Passivos financeiros	1.510.000,00	1.482.478,72	-27.521,28	98,18%	1.374.866,27	-135.133,73	91,05%
Total despesas		16.444.916,92	15.975.361,15	-469.555,77	97,14%	9.893.742,66	-6.551.174,26	60,16%

Na estrutura da despesa, a análise efetuada a partir dos valores 'executados' revela uma diminuição no respetivo grau de execução na ordem dos 5,96 p.p.. Contudo, em termos de valores absolutos, o valor global da despesa foi inferior ao do ano anterior em 2.253.118,61 euros.

Considerando valores absolutos e continuando a considerar como referência os valores 'executados' verificamos:

- Diminuição das transferências correntes, 9, p.p.;
- Diminuição dos subsídios, 5 p.p.;
- Diminuição de aquisição de bens de capital, 51 p.p.;
- Diminuição dos juros e outros encargos, 14 p.p.;

- Diminuição de passivos financeiros, 34 p.p.;
- Aumento de despesas com pessoal, 14 p.p.;
- Aumento de aquisição de bens e serviços correntes, 15 p.p.;
- Aumento das outras despesas correntes, 77 p.p.;
- Aumento das transferências de capital, 62 p.p.;
- Aumento dos ativos financeiros.

As diminuições resultam da implementação de algumas medidas de contenção de despesa. Verifica-se uma redução na rubrica de passivos financeiros, resultante da amortização de empréstimos, no exercício. Continua a verificar-se um aumento com as despesas na aquisição de bens e serviços e nas despesas com pessoal.

1.2 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS ORÇAMENTAIS

1.2.1. RESULTADO CORRENTE

A situação orçamental, tal como em exercícios anteriores, parte da estrutura de receitas/despesas correntes desequilibrada, apresentando assim valores negativos nos sucessivos exercícios. O resultado das operações correntes constitui a maior parcela do défice orçamental do Município à data de 31 de dezembro de 2013. A despesa (considerando valores de compromissos assumidos) teve um comportamento negativo com um aumento de cerca de 11,75%, enquanto a receita apenas cresceu 3,27%.

As despesas correntes de 2013 ascenderam a 9.505.061,83 euros, enquanto que as receitas correntes apenas totalizaram 6.514.082,43 euros.

RESULTADOS CORRENTES			
Receitas	6.514.082,43	Receitas	6.307.915,36
Despesas	9.505.061,83	Despesas	8.505.451,37
Défice 2013	-2.990.979,40	Défice 2012	-2.197.536,01

1.2.2. RESULTADO DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL

O resultado das operações de capital, tal como os resultados correntes, é também ele negativo. A execução dos investimentos no âmbito do QREN, condiciona o valor do défice no exercício em análise. Assim, as receitas de capital, no exercício de 2013, cobrem as despesas de capital em 28,59%. Em 2012 este rácio foi de 48,89%.

RESULTADOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITAL			
Receitas	1.205.995,34	Receitas	3.652.371,68
Despesas	4.217.180,71	Despesas	7.469.909,78
Défice 2013	-3.011.185,37	Défice 2012	-3.817.538,10

1.2.3. RESULTADO ORÇAMENTAL TOTAL

A análise da concretização orçamental da receita e da despesa (considerando compromissos assumidos) permite identificar desvios significativos tanto em 2013 como nos exercícios transatos, concluindo-se que no futuro terão que ser traçadas metas que contrariem esta tendência. No final do exercício de 2013 aferiu-se um saldo negativo de 6.002.164,77 euros entre receitas e despesas sendo que no final do exercício de 2012 este se cifrava em 6.015.074,11 euros.

EVOLUÇÃO ORÇAMENTAL - REAL			
Receitas	7.720.077,77	Receitas	9.960.287,04
Despesas	13.722.242,54	Despesas	15.975.361,15
Défice 2013	-6.002.164,77	Défice 2012	-6.015.074,11

Verificamos uma diminuição no valor das receitas na ordem dos 22,49%. Relativamente às despesas verificamos uma diminuição na ordem dos 14,10%.

2. FONTES DE FINANCIAMENTO

2.1. RECEITAS PRÓPRIAS

2.1.1. ESTRUTURA DAS RECEITA PRÓPRIAS

Consideram-se receitas próprias aquelas que o município pode arrecadar, nos termos da legislação aplicável, recorrendo a meios próprios e sem influência de organismos externos. Assim, excluem-se destas as receitas relativas a transferências recebidas e a empréstimos contraídos (passivos financeiros).

Designação	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Receitas Próprias	2.795.335,51	36,21%	2.631.066,81	26,42%
Outras Receitas	4.924.742,26	63,79%	7.329.220,23	73,58%
Total das Receitas	7.720.077,77	100,00%	9.960.287,04	100,00%

Em 2013 estas receitas corresponderam a 36,21% do total das receitas, do que se depreende que o grande bolo de receita arrecadada depende de financiamentos externos à autarquia.



2.1.2. EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

O comportamento geral das receitas próprias é positivo. Verifica-se, em 2013, um acréscimo de 9,79 pontos percentuais do peso das receitas próprias sobre as receitas totais, relativamente a 2012, com um acréscimo do seu valor absoluto de 164.248,70 euros, como podemos verificar através do quadro seguinte:

Rub.	Designação	2013		2012	
		Executado	Peso	Executado	Peso
01	Impostos directos	1.576.033,89	56,38%	1.308.668,07	46,82%
02	Impostos indirectos	65.147,14	2,33%	78.588,44	2,81%
04	Taxas, multas e out pen.	177.749,18	6,36%	215.918,71	7,72%
05	Rendimentos da propriedade	427.486,70	15,29%	483.735,56	17,31%
07	Venda de bens e serv. corr.	329.525,33	11,79%	386.089,31	13,81%
08	Outras receitas correntes	35.436,79	1,27%	24.417,97	0,87%
09	Venda de bens de inv.º	113.491,63	4,06%	133.668,75	4,78%
15	Rep. n/ abatidas nos pagamºs	0,00	0,00%	0,00	0,00%
16	Saldo da gerência anterior	70.464,85	2,52%	0,00	0,00%
Total das receitas próprias		2.795.335,51	36,21%	2.631.086,81	26,42%
Total das receitas		7.720.077,77		9.960.287,04	

Contribui para o aumento das receitas próprias, verificado no exercício de 2013, os impostos directos, outras receitas correntes e o saldo da gerência anterior. Verificou-se contudo uma diminuição nas rubricas de impostos indirectos, taxas multas e outras penalidades, rendimentos da propriedade, venda de bens e serviços correntes e na venda de bens de investimento.

2.1.3. INDICADORES

Pela análise dos indicadores podemos verificar que as receitas próprias cobrem cerca de 20% da despesa total, representando um acréscimo de 4 pontos percentuais comparativamente ao exercício transato.

Os impostos directos, que representam a principal fonte de receita própria, representam apenas 20% da totalidade da receita, verificando-se um acréscimo, de 7 pontos percentuais, do peso destes na receita total.

Rácio	2013	2012
Receitas Próprias / Despesa Total	0,20	0,16
Receitas Próprias / Receita Total	0,36	0,26
Impostos Directos / Receita Total	0,20	0,13

2.2. OUTROS FINANCIAMENTOS

2.2.1. ESTRUTURA DOS OUTROS FINANCIAMENTOS

Os financiamentos a que um município recorre e que não resultam da sua atividade direta são as transferências

correntes e de capital, assim como os passivos financeiros, nomeadamente empréstimos contratados. No município, estes financiamentos representam 63,79% do total das receitas no exercício de 2013, pelo que comparativamente ao exercício transato verificam um decréscimo de 9,79 p.p.

Financiamento não próprio	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Transferências correntes	3.832.238,55	77,82%	3.810.517,30	51,99%
Transferências capital	1.092.503,71	22,18%	3.058.702,93	41,73%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	460.000,00	6,28%
Total financiamento não próprio	4.924.742,26	63,79%	7.329.220,23	73,58%
Total Receitas	7.720.077,77		9.960.287,04	

Podemos verificar que, tal como ocorreu no exercício de 2012, no exercício em análise, ainda com maior destaque, foram as transferências correntes, que possuíram maior peso (77,82%), verificando-se um aumento em valor absoluto de 21.721,25€. Relativamente ao peso das transferências de capital, podemos verificar que em 2013 existiu uma diminuição muito significativa face ao peso que detinham em 2012, registando-se, em valor absoluto, uma diminuição de 1.966.199,22€ nesta rubrica. Os valores apresentados nas transferências correntes e de capital, contemplam o valor das retenções efetuadas pela Direção Geral das Autarquias Locais de 10% das transferências mensais, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente e capital), relativo ao estipulado no n.º 4 do artigo 5º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais, sendo que foi devolvido ao Município o valor de 516.643,87 euros, relativo a retenções efetuadas entre Julho de 2012 e novembro de 2013. À data de 31 de dezembro de 2013, encontrava-se retido o valor de 30.511,00 euros (correspondente ao mês de dezembro).

2.2.2. PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NOS IMPOSTOS DO ESTADO

2.2.2.1. Estrutura dos Fundos Municipais

A participação dos municípios nos impostos do estado traduz-se no recebimento das transferências correntes e de capital de fundos por parte do Orçamento do Estado, nos termos consignados na Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, Lei das Finanças Locais (LFL) que estabelece as seguintes formas de participação:

- **FEF** – Fundo de Equilíbrio Financeiro, repartido da seguinte forma:
 - FGM – Fundo Geral Municipal: em função dos níveis de financiamento e investimento;
 - FCM – Fundo de Coesão Municipal: visa a correção de assimetrias entre municípios, beneficiando os mais desfavorecidos;

- **FSM – Fundo Social Municipal:** relativo a atribuições e competências dos municípios associados a funções sociais;
- **Participação variável no IRS** – Participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município.

Trata-se da maior fatia do bolo das transferências quer correntes (88,98%), quer de capital (73,92%).

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	3.410.103,93	88,98%	3.171.860,92	83,24%
Outras Entidades Estado	268.643,87	7,01%	421.465,26	11,06%
Participação Comunitária	4.038,62	0,11%	68.797,90	1,81%
Fundos e Serv. Autónomos	1.134,50	0,03%	49.509,10	1,30%
Outras transferencias correntes	148.317,63	3,87%	98.884,12	2,60%
Total das Transferências Correntes	3.832.238,55	100,00%	3.810.517,30	100,00%

ESTRUTURA DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Fundos Municipais	807.541,94	73,92%	1.355.804,00	68,26%
Outras Entidades Estado	0,00	0,00%	5.392,00	0,27%
Participação Comunitária	284.961,77	26,08%	624.985,00	31,47%
Outras transferencias capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total das Transferências Capital	1.092.503,71	100,00%	1.986.181,00	100,00%

No exercício de 2013, os fundos municipais tiveram a seguinte representação:

Fundos	FEF	IRS	FSM	Total
Capital	807.541,94	-	-	807.541,94
Corrente	3.004.404,93	216.129,00	189.570,00	3.410.103,93
Total	3.811.946,87	216.129,00	189.570,00	4.217.645,87

Unid.: Euro

2.2.2.2. Evolução dos Fundos Municipais

O mapa que se apresenta de seguida evidencia a evolução, até ao exercício de 2013, dos fundos municipais. Assinalamos o decréscimo de 5% do total dos fundos no exercício, face ao exercício transato.

Ano	Total de Fundos	Var n/n-1	Obs.
2003	3.785.037,00	-	
2004	3.966.719,00	4,80%	
2005	4.046.053,00	2,00%	
2006	4.046.053,00	0,00%	
2007	4.015.660,00	-0,75%	
2008	4.152.080,00	3,40%	
2009	4.460.774,00	7,43%	Mapa XIX, OE 2009
2010	4.506.500,00	1,03%	Mapa XIX, OE 2010
2011	4.281.175,00	-5,00%	Mapa XIX, OE 2011
2012	4.067.136,00	-5,00%	Mapa XIX, OE 2012
2013	4.067.136,00	0,00%	Mapa XIX, OE 2013

2.2.3. FUNDOS COMUNITÁRIOS

O recurso da autarquia a fundos comunitários teve, em 2013, um decréscimo de aproximadamente 73,57 pontos percentuais face ao ano 2012. Como já verificado em 2010, a participação comunitária é especialmente notória em termos de capital: em 2012 o FEDER representou 67,60% do total das transferências de fundos comunitários. Salienciamos que a análise é suportada por valores efetivamente recebidos em cada um dos exercícios.

	2013		2012		2011		2010	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
FEDER	195.351,42	67,60%	968.224,49	88,53%	624.985,00	93,20%	933.594,82	94,93%
Outros	93.648,97	32,40%	125.401,42	11,47%	45.608,79	6,80%	49.870,52	5,07%
Total	289.000,39	100,00%	1.093.625,91	100,00%	670.593,79	100,00%	983.465,34	100,00%

2.2.4. ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

A análise do endividamento do Município é feita à luz do preceituado na nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro), nomeadamente no estabelecido no seu Título IV – Endividamento Autárquico, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro de 2010, Lei n.º 60-A/2011 de 30 de novembro e pela Lei 64-B/2011 de 30 de dezembro de 2011.

A tabela seguinte ilustra a posição do endividamento do Município à data de 31 de Dezembro de 2013, com os limites

de endividamento calculados nos termos da LFL e nos termos do artigo 98º do OE/2013:

		Descrição	2013
1		Capital em dívida de médio e longo prazo	11.336.620
2		Total do endividamento líquido	13.516.761
3		Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	1.044.597
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	757.969
		Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento MLP	173.965
4		Dívida à EDP 1988	
5	=1-3	Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar no endividamento	10.465.988
6	=2-3-4	Endividamento Líquido a considerar	13.230.133
7		Limite aos empréstimos m.l. prazo	100%
8		Limite ao endividamento líquido	125%
9		Limite aos empréstimos curto prazo	10%
10		Limite de empréstimos de curto prazo	
		Endividamento bancário curto prazo	
11		Montante em excesso	
12		Margem para o limite	518.623
13		Limite de empréstimos de médio e longo prazo	
14	=5-7	Montante em excesso	5.279.754
15		Margem para o limite	
16		Limite de endividamento líquido	
17	=6-8	Montante em excesso	6.747.340
18		Margem para o limite	

Os limites instituídos nos normativos legais nesta tabela foram ultrapassados, como se resume:

- Excesso do limite de empréstimos de médio e longo prazo 5.279.754
- Excesso do limite do endividamento líquido 6.747.340

Data	Limite ao Endividamento		Endividamento		Capital em dívida excepcionado	Contribuição AM, SM e SEL para End. Liq.	Contribuição AM, SM e SEL para End. MLP	Montante em excesso	
	Líquido	Médio e longo prazos	Líquido	Médio e longo prazos				Líquido	Médio e longo prazos
	1	2	3	4				5	6
01-01-2013	6.482.793	5.186.234	14.126.810	12.198.379	1.114.171	816.238	393.565	7.346.085	6.291.540
31-12-2013	6.482.793	5.186.234	13.516.761	11.336.620	1.044.597	757.969	173.965	6.747.340	5.279.754

(Valores em Euro)

Analisada a tabela anterior, podemos verificar que o município reduziu o excesso de endividamento líquido em cerca de 8,15%, e reduziu o excesso de endividamento de médio e longo prazo em cerca de 16,08%. Contribuiu para o excesso de endividamento líquido o endividamento da Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e das Empresas Municipais. Para o endividamento de médio e longo prazo contribuiu para o excesso, face ao limite estabelecido pela nova Lei das Finanças Locais, o endividamento de médio e longo prazo das Empresas Municipais.

3. ANÁLISE DE ATIVIDADES E DE INVESTIMENTOS

Esta análise está consubstanciada no Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e no Mapa de Execução das Atividades Mais Relevantes (AMR's). Os mapas anteriormente referidos, descrevem os investimentos e as atividades relevantes, concluídos e em curso no exercício, aferindo-se a sua importância pela expressão monetária dos mesmos.

A nível financeiro, como síntese, é de destacar:

- Execução anual do PPI

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	2.310.076,39
Faturado no ano	553.668,95
Total.....	2.863.745,34
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	549.020,12

Unid.: Euros

- Execução anual das AMR's

Descrição	Valor
Faturado em anos anteriores	2.027.784,70
Faturado no ano	2.785.636,15
Total.....	4.813.420,85
Pagamento de faturação do ano e de anos anteriores	2.352.003,59

Unid.: Euros

4. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

4.1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

4.1.1. PROVEITOS

Apresenta-se o quadro comparativo de proveitos:

Estrutura de Proveitos	2013		2012		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vendas e prestações de serviços	331.018,47	4,23%	297.199,41	4,00%	33.819,06	11,38%
Impostos e taxas	1.708.848,60	21,85%	1.572.572,19	21,18%	136.276,41	8,67%
Variação da produção						nd
Trabalhos para a própria entidade	26.564,64	0,34%			26.564,64	nd
Proveitos suplementares						nd
Transferências e subsídios obtidos	4.690.733,10	59,97%	4.680.458,33	63,05%	10.274,77	0,22%
Outros proveitos e ganhos operacionais						nd
Proveitos e ganhos financeiros	435.406,81	5,57%	463.174,59	6,24%	-27.767,78	-6,00%
Proveitos e ganhos extraordinários	628.822,54	8,04%	410.084,07	5,52%	218.738,47	53,34%
Proveitos Totais	7.821.394,16	100,00%	7.423.488,59	100,00%	397.905,57	5,36%

Observamos que 59,97% dos proveitos resultam de transferências e subsídios obtidos, com relevo preponderante das transferências relativas aos fundos provenientes do Orçamento do Estado.

4.1.2. CUSTOS

Apresenta-se o quadro comparativo de custos:

Estrutura de Custos	2013		2012		Variação n/n-1	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Custos Merc. Vend. e Mat. Consumidas	135.453,39	1,25%	83.444,64	0,75%	52.008,75	
Fornecimentos e serviços externos	2.949.204,37	27,27%	2.867.347,08	25,92%	81.857,29	2,85%
Custos com o pessoal	2.714.683,94	25,11%	2.360.257,96	21,34%	354.425,98	15,02%
Transf. e subs.corr.conced.e prest. sociais	347.153,14	3,21%	384.273,45	3,47%	-37.120,31	-9,66%
Amortizações do exercício	3.716.243,87	34,37%	3.743.624,89	33,85%	-27.381,02	-0,73%
Provisões do exercício	130,00	0,00%			130,00	nd
Outros custos e perdas operacionais	2.647,18	0,02%	5.048,91	0,05%	-2.401,73	-47,57%
Custos e perdas financeiros	390.333,90	3,61%	658.795,24	5,96%	-268.461,34	-40,75%
Custos e perdas extraordinários	557.429,91	5,16%	957.573,20	8,66%	-400.143,29	-41,79%
Custos Totais	10.813.279,70	100,00%	11.060.365,37	100,00%	-247.085,67	-2,23%

A rubrica de amortizações do exercício com 3.716.243,87 € e com um peso de 34,37% do total dos custos, tal como no exercício anterior, constitui a principal componente dos custos do Município. Perspetiva-se que esta situação se mantenha nos períodos futuros, contribuindo decisivamente para o valor negativo de resultados líquidos dos exercícios. Também preponderantes na estrutura dos custos, são os custos com fornecimentos e serviços externos e os custos com pessoal, que no exercício de 2013 representam 27,27% e 25,11% dos custos totais, respetivamente.

Verificamos uma redução significativa nos custos e perdas financeiras devido ao facto de terem sido renegociados acordos de regularização de dívida com instituições bancárias.

4.1.3. RESULTADOS

4.1.3.1. Resultado líquido do exercício

Apresenta-se o quadro descritivo da evolução dos resultados entre os exercícios de 2013 e o exercício de 2012:

Rubricas	2013	2012
Resultados Operacionais	-3.108.351,08	-2.893.767,00
Resultados Financeiros	45.072,91	-195.620,65
Resultados Correntes	-3.063.278,17	-3.089.387,65
Resultados Extraordinários	71.392,63	-547.489,13
Resultados Líquidos	-2.991.885,54	-3.636.876,78

Mantém-se a tendência de resultados negativos, também verificada nos exercícios anteriores, que se podem justificar com o excesso de custos, alguns dos quais com carácter fixo/regular, conjugado com as dificuldades que a autarquia tem em aumentar as receitas próprias.

4.2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

4.2.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas de terceiros:

Designação	2013	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas de Terceiros de curto prazo	942.681,77	1.046.282,71	-103.600,94	-9,90%
Empréstimos concedidos				
Clientes, c/c				
Contribuintes, c/c	247,28	367,08	-119,80	
Utentes, c/c	209.322,56	209.040,91	281,65	0,13%
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	310,43	310,43		
Adiantamentos a fornecedores				
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
Estado e outros entes públicos				
Administração autárquica	53.988,26	53.988,26		
Outros devedores	678.813,24	782.576,03	-103.762,79	-13,26%
Dívidas de Terceiros de médio longo prazo				
Total da Dívida de Terceiros	942.681,77	1.046.282,71	-103.600,94	-9,90%

Verifica-se um decréscimo da dívida de terceiros no exercício de 2013 em comparação com igual período do exercício anterior, tendo resultado essencialmente de valores recebidos pela participação em projetos co-financiados e de, no

exercício, terem sido criadas provisões para cobrança duvidosa no valor de 207.037,75 €, resultante de Guias de Recebimento em Débito em mora há mais de 360 dias.

4.2.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

Apresenta-se o quadro comparativo de dívidas a terceiros:

Designação	2013	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dívidas a Terceiros de curto prazo	6.033.282,36	5.452.151,57	581.130,79	10,66%
Empréstimos a curto prazo				
Adiantamentos por conta de vendas				
Fornecedores c/c	2.647.472,92	2.168.238,59	479.234,33	22,10%
Fornecedores - Facturas em recep.e conferência				
Clientes e utentes c/cauções	887,03	925,94	-38,91	-4,20%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes				
Fornecedores de imobilizado c/c	730.613,47	806.148,96	-75.535,49	-9,37%
Estado e outros entes públicos	96.223,11	35.485,58	60.737,53	171,16%
Administração autárquica	26.212,96	48.256,55	-22.043,59	-45,68%
Outros credores	2.531.872,87	2.393.095,95	138.776,92	5,80%
Dívidas a Terceiros de médio longo prazo	11.336.620,17	12.198.379,12	-861.758,95	-7,06%
Dívidas a instituições de crédito	11.336.620,17	12.198.379,12	-861.758,95	-7,06%
Total da Dívida a Terceiros	17.369.902,53	17.650.530,69	-280.628,16	-1,59%

No final de 2013, as dívidas de curto prazo a terceiros apresentam um valor de 6.033.282,36 €, superiores em relação ao ano anterior na ordem dos 10,66%. O saldo da rubrica 'Outros Credores' respeita fundamentalmente a acordos de regularização de dívida e ao valor em dívida à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão relativamente a empréstimos.

As dívidas a terceiros de médio e longo prazo, integralmente respeitantes a empréstimos bancários, registam um decréscimo de 7,06% em relação a 2012, devendo-se este decréscimo à não contração de novos empréstimos e à amortização de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

Existem encargos de empréstimos que não estão a ser liquidados nos prazos estabelecidos, situação que se arrasta desde o exercício de 2011. À data de 31 de Dezembro de 2013 o valor acumulado destes encargos (amortização e juros) ascendia a 997.296,07€, sendo que 354.760,59€ respeitam a incumprimento no ano.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL propõem-se que o resultado líquido do exercício, pelo valor negativo de 2.991.885,54 euros (dois milhões, novecentos e noventa e um mil, oitocentos e oitenta e cinco euros e cinquenta e quatro cêntimos), seja aplicado da seguinte forma:

- Transferência para Resultados Transitados -2.991.885,54 €